

## ESTUDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS OSCIPS MARINGAENSES

Isabelle Caroline Bevilaqua (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Dra. Simone Leticia Raimundini Sanches (Orientadora), e-mail: isacbevi@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas

**Área: Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Subárea: Contabilidade.**

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, OSCIPs, Prestação de Contas.

### Resumo:

O objetivo da pesquisa é analisar a prestação de contas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) maringaenses. Essas entidades são organizações privadas sem fim lucrativo com o propósito de executar serviços que o Estado não atende satisfatoriamente e que as empresas com fins lucrativos não tem interesse. Regidas pela Lei nº 9.790/99 e pelo Decreto nº 3.100/99, que tratam da prestação de contas, mas não dispõe acerca de dispositivos capazes de exigir o seu efetivo cumprimento. Como método de pesquisa utilizou um questionário on-line, com participação de doze entidades, cujos resultados foram analisados qualitativamente. As OSCIPs participantes da pesquisa consideram a prestação de contas importante e a utilizam com a finalidade de atender mais de um propósito e como instrumento de transparência; há redução das dificuldades de prestar contas quando um profissional contábil colabora, aumentando a credibilidade da entidade e; a extinção da plataforma CNEs/MJ foi uma decisão inadequada porque se tratava de uma ferramenta de transparência e o Mapa das Organizações das Sociedades Civas ainda é desconhecido entre a maioria dos participantes da pesquisa.

### Introdução

O terceiro setor compreende as organizações privadas, sem fins lucrativos, que atende objetivos sociais e públicos, por meio da realização de suas atividades (OLAK, SLOMSKI e ALVES, 2008). Reconhecendo sua importância foi promulgada a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde que os objetivos sociais e as normas estatutárias atendam aos requisitos da referida Lei. A regulamentação se deu pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que também disciplinou e instituiu o Termo de Parceria.

Marcovitch (1997) ressalta a importância da prestação de contas destas organizações, quanto ao seu portfólio de projetos e resultados obtidos bem como da alocação dos recursos recebidos. Logo, o objetivo

desta pesquisa compreende em analisar a prestação de contas realizadas pelas entidades do terceiro setor, especificamente das OSCIPs do município de Maringá, Estado do Paraná.

O estudo e pesquisas na área contábil sobre OSCIP no Brasil, de acordo com Olak, Slomski e Alves (2008), ainda é recente e pouco explorado. E, o fato dos gestores responsáveis realizarem um trabalho voluntário, muitas vezes, estes não estão aptos ou possuem conhecimento suficiente para tal função. Por consequência, a prestação de contas destas entidades torna-se uma tarefa árdua, porque é comum a não compreensão do que se pede nos formulários dos órgãos requerentes, precisando então de adequações e melhorias para ter maior objetividade.

## **Materiais e métodos**

O método de coleta de dados utilizados para o estudo foi o questionário e os dados coletados foram tratados de acordo com a abordagem qualitativa. A população envolvida na pesquisa são as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP localizadas no município de Maringá, Estado do Paraná. Após realizar a classificação das entidades apenas 18 estavam aptas a participar da pesquisa, as quais procedeu a coleta de dados, por meio de um questionário estruturado com questões fechadas e abertas aplicado aos responsáveis pela elaboração da prestação de contas das entidades de forma online e posteriormente, enviado por e-mail para cada entidade que concordou em participar obtendo retorno de 12 respostas (aproximadamente 67% da quantidade enviada).

## **Resultados e Discussão**

A análise foi realizada de acordo com os grupos de perguntas nos 12 questionários que retornaram com respostas. Com relação ao primeiro grupo que buscou evidenciar a importância da prestação de contas para as entidades verificou-se que todas as entidades julgaram a prestação de contas importante. Ao abordar para quais usuários da informação eram realizadas as prestações de contas identificou que a mesma é realizada principalmente para o Órgão Responsável pela sua fiscalização, seguida pela Administração. A partir desse resultado depreende que as entidades buscam manter sua transparência, embora a Portaria nº 361, de 1º de Março de 2016 defina não mais obrigatória a realização da prestação de contas aos órgãos responsáveis pela fiscalização das OSCIP.

Com relação ao propósito que as entidades buscam atingir com a elaboração e apresentação da Prestação de Contas observou-se que a maioria das entidades utiliza a prestação de contas para atender mais de um objetivo sejam eles: uma obrigação a cumprir, relatar problemas ocorridos e buscar uma possível solução, informar as ações e atividades realizadas e os resultados alcançados e demonstrar que aplica corretamente os recursos obtidos, ou como forma de garantir que a organização atinja sua missão.

Ao abordar a capacidade de firmar termo de parcerias com órgãos do Estado identificou-se que (50%) não possuem e (17%) não visa parceria com o Estado. A partir desse resultado, observa-se que a maioria deixa de utilizar o termo de parceria, inferindo que essas entidades possuem outras fontes de captações de recursos. Por outro lado, sugere maior necessidade pela realização das prestações de contas tanto para seus mantenedores quanto para a sociedade em geral.

No segundo grupo foi questionado sobre a elaboração da prestação de contas e as dificuldades na sua elaboração, foi observado que na maioria não foram elencadas dificuldades ao elaborar a prestação de contas e observou-se que tal fato ocorre porque há sistemas e controles de informação e boa organização dos documentos. Já nos casos que relataram a dificuldade os motivos evidenciados foram: a falta de profissional da área, os entraves do processo da prestação de contas, a falta de conhecimento técnico dos escritórios de contabilidade e algumas vezes a falha na organização dos documentos justificados pela pouca experiência e disposição de tempo dos voluntários em atividades administrativas. Com relação ao profissional responsável em elaborar a prestação de contas observou-se que em (83%) das organizações se observa um profissional da área contábil o que infere em uma alta credibilidade as prestações de contas das OSCIPs Maringaenses e converge com o exposto por Oliveira (2009). Observou-se também nas respostas desse grupo que a maioria das entidades utilizam tanto os relatórios da administração e os controles internos quanto as demonstrações contábeis, podendo afirmar que as entidades buscam um maior nível de transparência para suas prestações de contas uma vez que utilizam mais de uma fonte de dados para sua elaboração.

O terceiro grupo trata a respeito da extinção da plataforma CNEs/MJ, substituída pela plataforma denominada Mapa das Organizações das Sociedades Civas (MOSC). Ao questionar sobre a extinção da plataforma CNEs/MJ verificou-se que tal fato não foi adequado uma vez que significava uma forma de transparência da entidade com seus usuários. Porém, os prováveis motivos que levaram a extinção foram a falta de suporte para problemas ocasionados durante o envio de documentos, as dificuldades relacionadas ao acesso ao site para realizar a prestação de contas, a falta de interesse da entidade, a falta de profissionais qualificados e/ou que não exercem essa função na entidade, a falta de conhecimento no assunto e a apresentação realizada apenas ao corpo diretor. Sobre o MOSC, plataforma responsável por manter a base de dados atualizada das OSC, observa-se que a maioria das entidades não possui conhecimento ou sabe pouco sobre.

Finalizando a pesquisa, questionou a opinião do respondente sobre o tema “prestação de contas”. As respostas diversificaram entre a importância da prestação de contas, suas finalidades e as dificuldades que as entidades encontram. Os respondentes enfatizaram que a prestação de contas é necessária para manter a ética, a transparência e o foco da entidade, sendo um instrumento para relatar as atividades desenvolvidas com a finalidade de evitar futuros questionamentos e garantir uma maior segurança aos órgãos

financiadores e comunidade no momento da contratação. Ainda, a prestação de contas pode ser utilizada como controle da gestão de recursos obtidos porque é possível verificar como foram alocados os recursos e avaliar o trabalho desenvolvido e a organização interna, o que é essencial para as entidades sem fins lucrativos. E, salientam que, apesar de necessário, é um processo, por vezes, difícil devido à falta de profissionais capacitados para elaboração ou com conhecimento, ressaltando a dificuldade em encontrar escritórios contábeis que fazem contabilidade para o terceiro setor. Porém, comentam que o processo de prestação de contas está melhorando, com destaque para a desobrigação de envio anual dos documentos.

## Conclusões

O presente estudo teve como tema a prestação de contas realizadas pelas OSCIPs maringaenses, sua importância, os objetivos almejados e para quem destina (usuário de informação) a prestação de contas. Foi verificado se há dificuldades em sua elaboração, a capacitação do profissional responsável em elaborá-la, e quais os documentos necessários para sua preparação. E, foi abordado o conhecimento das organizações com relação a Portaria nº 361, de 1º de março de 2016, que extingue o CNES/MJ e a implantação da plataforma Mapa das Organizações da Sociedade Civil.

Os resultados e conclusões desta pesquisa não podem ser generalizados porque a amostra estudada representa, cerca de, 56% das OSCIPs maringaenses, sendo portanto, uma limitação desta pesquisa. Ademais, não pesquisou as OSC, sem a qualificação de Interesse Público. Como sugestões para estudos futuros indica-se a ampliação da amostra para todas as OSC de Maringá ou maior amplitude geográfica de aplicação do instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa.

## Agradecimentos

Ao CNPq/UEM/Fundação Araucária pela concessão da bolsa para a realização desta pesquisa, e a professora orientadora.

## Referências

- MARCOVITCH, J. **Da exclusão à coesão social: profissionalização do Terceiro Setor**. In: 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- OLIVEIRA, I. M. da S. **Uma Investigação Sobre a Prestação de Contas das Entidades do Terceiro Setor Brasileiro**. 2009. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.
- OLAK, P. A.; SLOMSKI, V.; ALVES, C. V. O. **As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do Terceiro Setor**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v.2, nº 1, art. 2, p. 24-46, jan/abr.2008.